



Estado do Pará  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

PL Nº 032 /2020

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROTOCOLADO AS 10:53 hs  
DATA 06/05/2020  
106  
Assinatura

Regulamenta o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser disponibilizado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Canaã dos Carajás.



Estado do Pará  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

PROJETO DE LEI Nº 032 /2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROTOCOLO AS 10:53hs  
DATA 06/05/2020  
[Assinatura]  
Assinatura

Regulamenta no Município de Canaã dos Carajás o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser disponibilizado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 e suas atualizações, e das outras providências.

A Câmara Municipal de Canaã dos Carajás aprovou e eu, JEOVÁ GONÇALVES ANDRADE, Prefeito Municipal de Canaã dos Carajás, Estado do Pará, faço saber e sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei disciplina, no âmbito da competência municipal, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, conceituado na Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006 e conforme os artigos 146, inciso III, alínea "d", 170, IX e 179 da Constituição Federal de 1988, regulamentados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

**§ 1º** Para fins desta Lei, considera-se microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, aqueles assim definidos pela Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006, LC nº 128 de 19 de Dezembro de 2008, e Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, respectivamente.

**§ 2º** Ressalvado o disposto no Capítulo IV da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, toda nova obrigação que atingir as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, no âmbito do Município, deverá apresentar, no instrumento que a instituiu, especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para seu cumprimento.

**§ 3º** O Micro Empreendedor Individual - MEI e o Agricultor Familiar, além do disposto na Lei Complementar de nº 123 de 14/12/2006, faz jus aos benefícios





**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

instituídos pela Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014, no tocante aos custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa, e encerramento e aos demais itens.

**§ 4º** A exceção à aplicabilidade do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido previsto por esta Lei se encontra descrita no art. 3, § 4º, da Lei Complementar 123/2006.

**§ 5º** Aplica-se as regras desta Lei às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

**CAPÍTULO II**  
**DO COMITÊ GESTOR, DO FÓRUM PERMANENTE, E DOS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO**

**Art. 2º** A administração pública municipal providenciará meios para realizar a adesão dos seus representantes junto ao Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, vinculado ao Ministério da Fazenda.

**§ 1º** A representação municipal de que trata o artigo 2º acima será composta pelo número de 2 (dois) servidores, lotados, preferencialmente, na Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, observado no entanto, as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

**§ 2º** Caso não seja possível efetivar as inscrições dos representantes indicados pelo Município junto ao Comitê Gestor, estes servidores ficarão responsáveis por manter atualizado o banco de informações, deliberadas pelo comitê referenciado.

**§ 3º** Os servidores indicados, inscritos ou não, junto ao Comitê Gestor, não poderão se furtar das obrigações descritas no § 2º acima, sob pena de responderem administrativamente

**§ 4º** A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDEC em parceria com a Associação Comercial de Canaã dos Carajás – ACIACCA, indicarão, paritariamente, dois representantes para participar do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte objetivando manter atualizada a aplicabilidade da lei 123 de 14/12/2006 junto ao Município.



**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

**§ 5º** A indicação de que trata o parágrafo anterior, do representante da Associação Comercial de Canaã dos Carajás – ACIACCA é facultativa, e em caso não a façam, a Gestão Municipal fará a indicação para preenchimento da vaga reservada à mesma.

**§ 6º** O Poder Público Municipal designará 02 (dois) servidores públicos, titular e suplente, para atuarem como mediadores e coordenadores responsáveis pela aplicabilidade e efetivação da presente Lei Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e suas alterações.

**§ 7º** As funções desenvolvidas nos termos deste artigo não serão remuneradas, visto que a função exercida é tida como de relevante interesse público.

**CAPÍTULO III**  
**DA SALA DO EMPREENDEDOR**

**Art. 3º** A Sala do Empreendedor está vinculada e se encontra devidamente instalada junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SEMDEC.

**§ 1º** A Sala do Empreendedor tem como finalidade ofertar os serviços de atendimento ao público empresarial, formal e/ou informal, inscrito e/ou não inscrito junto ao Município de Canaã dos Carajás, bem como à pessoa física que manifeste interesse em constituir uma empresa.

**§ 2º** São atribuições da Sala do Empreendedor, além das elencadas no parágrafo anterior, ofertar os seguintes serviços:

I – disponibilizar o atendimento de forma consultiva ao público no que se refere a todas as ações burocráticas necessárias à abertura, regularização e baixa no Município, de empresários e empresas, inclusive as ações que envolvam órgão de outras esferas públicas, de modo a evitar duplicidade de exigências, objetivando a garantir a linearidade e agilidade do processo na perspectiva do usuário;

II - disponibilizar todas as informações prévias ao empresário para que ele se certifique, antes de iniciar o processo de abertura da empresa, de que não haverá restrições relativas à sua escolha quanto ao tipo de negócio, local de funcionamento e razão social, bem como das exigências legais a serem cumpridas nas esferas Municipal, Estadual e Federal, tanto para abertura quanto para o funcionamento e baixa da empresa;

III - disponibilizar referências ou prestar atendimento consultivo, para empresários e demais interessados em informações de natureza administrativa e mercadológica;





**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

**IV** - disponibilizar acervo físico e eletrônico sobre os principais ramos de negócios instalados no Município;

**V** - disponibilizar informações sobre acesso ao crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas;

**VI** - disponibilizar as informações e meios necessários para facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, ao processo licitatório de compras públicas no âmbito Municipal, Estadual e Federal;

**VII** – orientar empresas e empresários quanto as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, da Simplificação das Obrigações Trabalhistas e do Acesso à Justiça do Trabalho, em conformidade às normas dos artigos 50 ao 54 da LC 123 de 14 de dezembro de 2006;

**VIII** – ofertar palestras e minicursos voltados para o desenvolvimento dos empresários, funcionários e afins, ligados microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, quanto à educação e formação empreendedora.

**§ 3º** Os atendimento e serviços elencados nos parágrafos anteriores serão realizados por agentes públicos vinculados à SEMDEC.

#### **CAPÍTULO IV** **DA INSCRIÇÃO, ALTERAÇÃO E BAIXA**

**Art. 4º** A Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA e os demais Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, se revestirão da presente Lei, concomitante com a observância da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, para providenciar a unicidade do processo de inscrição/abertura, alteração e encerramento/baixa das empresas constituídas neste Município, de modo a evitar a duplicidade de exigências.

**Art. 5º** As Secretarias listadas no artigo anterior, órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal envolvidos no processo intitulado neste capítulo, no âmbito de suas atribuições, manterão às informações, orientações e instrumentos, de forma integrada e consolidada, que permitam pesquisa prévia às etapas de registro, inscrição, alteração e baixa das empresas, junto a Sala do Empreendedor, de forma presencial, bem como junto ao site da Prefeitura Municipal.



**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

**Art. 6º** Os requisitos, procedimentos, processos e instrumentos dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal envolvidos na abertura, alteração e baixa das empresas e sociedades, serão simplificados, racionalizados e unificados, no âmbito de suas competências.

**§ 1º** A Administração Pública Municipal, por intermédio da sala do empreendedor, informará e indicará todas as exigências necessárias para os atos administrativos de que trata o presente artigo, de modo a evitar sucessivas diligências.

**§ 2º** O exame das solicitações será realizado de forma unificada, abordado a regularidade de todos os elementos do pedido.

**§ 3º** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início das atividades, salvo quando a atividade, por si só apresente grau de risco alto, necessitando neste último a realização de vistoria prévia.

**§ 4º** As licenças e autorizações de funcionamento de que trata o parágrafo anterior, serão emitidas de forma provisória para as empresas cujo grau de risco não seja considerado alto.

**Art. 7º** Os atos constitutivos de abertura, alteração e extinção, das ME, EPP, MEI, ocorrerá independente da regularidade de obrigações tributárias, dispensados ainda a exigência de certidões, conforme o disposto no Art. 9º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

**Art. 8º** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal envolvidos na abertura, alteração e extinção/fechamento das empresas, observarão as vedações e proibições elencados no art. 10 e 11 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, quanto apresentação de documentação para realização dos atos aqui tratados.

## **CAPÍTULO V**

### **DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES**

**Art. 9º** A Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN e os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, envolvidas na arrecadação de tributos e contribuições, deverá observar a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, com escopo de se adequar a Norma Tributária Municipal, no que tange a instituição do Regime Especial Unificado de Arrecadação devidas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas.







**Parágrafo único** - A adequação tratada no caput deste artigo, se fará necessária em caso de conflito entre o Código Tributário Municipal e a Lei Complementar nº 123 e suas alterações, especialmente quanto as regras previstas nos artigos 12 ao 41 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como suas alterações.

## CAPÍTULO VI DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

**Art. 10.** Os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, em atenção ao disposto nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicará no que couber, as normas ali entabuladas, no sentido de dar preferências às microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas nos processos licitatórios e aquisitivos do Município.

**Parágrafo único.** A Administração Pública Municipal em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 47 da Lei Complementar 147 de 07 de Agosto de 2014, passa a adotar, nos processos de aquisições de bens e serviços públicos, as seguintes regras:

I - reservar o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) das contratações e aquisições cujo o objeto tem por característica "bens de natureza divisível", às microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas.

II – nos editais de licitação, para aquisição de bens, obras e serviços de natureza "não divisível", devem constar, obrigatoriamente, a exigência de subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, no percentual mínimo de 30% (trinta por cento), por parte da empresa vencedora.

a) o percentual de subcontratação referenciado no inciso II acima só poderá ser inferior nos casos em que a empresa vencedora do certame demonstrar, justificadamente, que às microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas local, não se encontrarem aptas a atender às necessidades da subcontratante.

b) os licitantes deverão, obrigatoriamente, identificar, qualificar e apresentar à Administração Pública Municipal as empresas a serem subcontratadas, bem como



**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

a descrição dos bens e serviços terceirizados, com seus respectivos valores, após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

c) o instrumento convocatório imprimirá ainda a vedação de sub-rogação total do objeto licitatório.

d) a exigência de subcontratação de que trata o inciso II acima não se aplica quando o proponente for microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas local.

**III - A Administração Pública Municipal Direta e Indireta contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedores Individuais, Sociedades Cooperativas de Consumo e Empresas Equiparadas para os itens/lotos cujo valor não seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**

a) Nas licitações processadas na forma do inciso III será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedores Individuais, Sociedades Cooperativas de Consumo e Empresas Equiparadas sediadas no Município de Canaã dos Carajás - PA, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

b) O tratamento diferenciado a que se refere a alínea anterior consiste na prioridade de contratação com as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais Pessoa Física, Microempreendedores Individuais, Sociedades Cooperativas de Consumo e Empresas Equiparadas sediadas no Município de Canaã dos Carajás-PA, ainda que suas propostas sejam até 10% (dez por cento) superiores a da melhor proposta válida dos demais licitantes.

**CAPÍTULO VII**  
**DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA**

**Art. 11.** Os Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal, em atenção ao disposto no artigo 55 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, se enquadrará, para fazer cumprir a fiscalização metrológica,





**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

sanitária, ambiental e de segurança junto às Micro Empresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

**Parágrafo único.** Os Órgão e Entidades da Administração Pública Municipal realizarão a fiscalização dentro de suas competências e atribuições, deixando a cargo do Estado e da Federação a fiscalização que os couber.

**CAPÍTULO VIII**  
**DO ASSOCIATIVISMO**

**Art. 12.** O Poder Executivo Municipal poderá adotar mecanismos de incentivo à formação e funcionamento de cooperativas e associações no Município, bem como incentivar, por intermédio da Sala do Empreendedor, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, optantes pelo Simples Nacional, a realizarem consórcios para realização de negócios de compra e venda de bens e serviços.

**§ 1º** O incentivo à formação e funcionamento de cooperativas e associações de que trata o caput deste artigo poderá ocorrer por intermédio de:

I – estímulo à formação cooperativa de organização social e econômica, nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

II – de criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à produção e comercialização para o mercado interno e externo.

**§ 2º** Os incentivos à formação e funcionamento de cooperativas e associações, priorizará atender os Produtores Rurais e a Agricultura Familiar.

**Art. 13.** O Poder Executivo Municipal poderá incentivar a formação de arranjos produtivos locais, para incrementar a articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre as Microempresas- ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP a uma mesma cadeia produtiva.

**CAPÍTULO IX**  
**DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E À CAPITALIZAÇÃO**

**Art. 14.** O Poder Executivo Municipal, por meio do Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável, concederá prioridade de crédito e tramitação de processos às microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar,



**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas.

**Art. 15.** As empresas que desejarem usufruir do Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável deverão se sujeitar às regras estabelecidas pela Lei que o criou.

**Art. 16.** O estímulo ao crédito e à capitalização das microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas não se encontra limitado ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável, visto que o Poder Executivo Municipal poderá firmar convênios e incentivar a instalação e funcionamento de cooperativas de crédito, de outras instituições públicas e privadas, de microfinanças e de sociedades de garantia de crédito em seu território.

**CAPÍTULO X**  
**DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO**

**Art. 17.** A Administração Pública Municipal deverá incentivar, apoiar e criar, de forma isolada ou em parceria com outras instituições públicas e privadas, ações de incentivo à inovação e tecnologia voltadas para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas.

**Art. 18.** Para fins desta Lei, considera-se inovação, a definição descrita pelo inciso I do Art. 64 da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006.

**Art. 19.** O incentivo a inovação tecnológica voltadas para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, estão embasadas pela Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 e suas alterações, em especial nos artigos 64 ao 67.

**CAPÍTULO XI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 20.** A Administração Pública Municipal, como forma de estimular a criação de novas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, no Município, e concomitantemente promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.





**Estado do Para**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

**Art. 21.** Todos órgãos vinculados à Administração Pública Municipal, Secretarias, Departamentos, Setores, devem incorporar em seus procedimentos, no que couber, o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas.

**Art. 22.** O Poder Executivo Municipal deverá providenciar meios necessários para instrumentalizar e colocar em prática esta Lei, observando em sua totalidade a Lei complementar nº 123 de dezembro de 2006 com todas as suas alterações.

**Art. 23.** Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 608/2013.

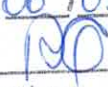
Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 05 de maio de 2020.

  
**Jeová Gonçalves de Andrade**  
Prefeito Municipal



## MENSAGEM JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores.

CÂMARA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS  
PROTOCOLO AS 10.53hs  
DATA 06/05/2020  
  
Assinatura

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Câmara, o incluso Projeto de Lei que “Regulamenta no Município de Canaã dos Carajás o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser disponibilizado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de que trata a Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de Dezembro de 2006 e suas atualizações, e das outras providências”.

Tal proposta apresentada pelo incluso Projeto de Lei busca regulamentar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe a Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, promovendo o fim buscado pelo legislador nacional ao editar tais normas.

Fundamentada no artigo 146 da Constituição Federal, a Lei Complementar 123 teve o propósito de determinar tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, seja em relação ao recolhimento unificado de impostos e contribuições, seja na contratação com o Poder Público, mediante processo licitatório.

Estima-se que 99,2% das empresas brasileiras são classificadas como micro ou pequenas. Daí observa-se a importância dessas empresas para a economia brasileira. Como a Lei Complementar nº 123/2006 apresenta proposta de benefícios para as ME's







**Estado do Pará**  
**GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS**

EPP's e outras muitas empresas de Canaã dos Carajás e região poderão usufruir desses benefícios a partir do momento em que o poder público a aplicar de forma adequada.

Caso o Projeto seja aprovado, tal medida propiciará um melhor ambiente para a ampliação de pequenos negócios, agricultor familiar e cooperativas, estendendo a compra de produtos e prestação de serviços dos microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, em nosso Município.

Com essas premissas, tendo em vista a relevância e o interesse público de que se reveste o presente Projeto de Lei que ora se encaminha a essa Casa Legislativa, é que solicito que a sua apreciação na certeza do acolhimento da proposição, valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos ilustres Vereadores, a expressão do meu mais alto apreço e consideração.

Canaã dos Carajás, 05 de maio de 2020.

  
**JEOVÁ GONÇALVES DE ANDRADE**  
**Prefeito Municipal**